



Nº 805 — Exonerar JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS do cargo de Assessor Técnico do Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, código DAS 102.3.

~~O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XX do art. 1º da Portaria MJ nº 888, de 26 de maio de 2014, e considerando o disposto no inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; regulamentado pelos incisos I do art. 1º, art. 2º e inciso I do art. 3º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001; no art. 122 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; no art. 28 do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012; no inciso I do art. 7º-E, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, bem como na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 04, de 12 de junho de 2015, republicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 2015, Seção 1, pág. 75, e demais informações que constam do Processo nº 08027.000280/2016-35, resolve:~~

Nº 810 — Tornar sem efeito a Portaria SE nº 606, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 90, de 12 subsequente, Seção 2, página 61.

~~O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência atribuída pelo inciso XXVIII, do art. 1º, da Portaria MJ nº 888, de 26 de maio de 2014, combinado com o disposto no inciso IV, do art. 6º, da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, resolve:~~

Nº 812 — Dispensar EUVALDO MASCARENHAS BITTENCOURT JÚNIOR do encargo de Substituto do Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, código DAS 101.6.

Nº 813 — Dispensar PEDRO AUSTIN ALVES do encargo de substituto do Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, código DAS 101.5.

JOSE LEVI MELLO DO AMARAL JUNIOR

PORTARIA Nº 816, DE 24 DE JUNHO DE 2016

~~O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência atribuída pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria MJ nº 888, de 26 de maio de 2014, combinado com o disposto no inciso IV, do art. 6º, da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, resolve:~~

Exonerar DAYANE NUNES do cargo de Coordenador-Geral de Divulgação da Temática dos Direitos Humanos do Departamento de Divulgação e Promoção da Temática dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, código DAS 101.4.

JOSE LEVI MELLO DO AMARAL JUNIOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 3.674, DE 9 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25/04/16, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/16, Seção I, pp. 63/68; observado o disposto no Parecer Normativo nº 1006/2015-DELP/CRH/DGP/DPF, de 26/08/2015, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08455.077632/2010-13, resolve:~~

REVISAR DE OFÍCIO, em face do Acórdão nº 2553/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a pensão civil por morte concedida pela Portaria DGP/DPF nº 1.693, de 21/9/2010, publicada no DOU nº 183, de 23/9/2010, a CELINA DE PAULA VITANGELO, viúva do ex-servidor LUIZ AUGUSTO VITANGELO, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 0179637, falecido em 24/7/2010, para acrescentar o critério de reajuste dos proventos previsto no parágrafo único do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (paridade), incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, a partir de 29 de março de 2012.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 3.678, DE 9 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25/04/16, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/16, Seção I, pp. 63/68; observado o disposto no Parecer Normativo nº 1006/2015-DELP/CRH/DGP/DPF, de 26/08/2015, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08455.034980/2005-21, resolve:~~

REVISAR DE OFÍCIO, em face do Acórdão nº 2553/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a pensão civil por morte concedida pela Portaria DGP/DPF nº 1.138, de 8/8/2005, publicada no DOU nº 154, de 11/8/2005, a ANA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA, viúva de MILTON JOAQUIM DE OLIVEIRA, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 181171, falecido em 6/5/2005, para acrescentar o critério de reajuste dos proventos previsto no parágrafo único do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (paridade), incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 3.679, DE 9 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25/04/16, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/16, Seção I, pp. 63/68; observado o disposto no Parecer Normativo nº 1006/2015-DELP/CRH/DGP/DPF, de 26/08/2015, e tendo em vista o que consta nos Processos Administrativos nº 08064.001101/2006-69 e nº 08064.001178/2006-39, resolve:~~

Art. 1º RETIFICA a Portaria nº 651, de 11/4/2006, publicada na seção 2 do DOU nº 72, de 13/04/2006 e a Portaria nº 663, de 17/4/2006, publicada na seção 2 do DOU nº 76, de 20/4/2006, onde se lê: "do ex-servidor Euclides Martins Jardim, Agente de Polícia Federal", leia-se: "do ex-servidor Euclides Martins Jardim, Escrivão de Polícia Federal".

Art. 2º REVISAR DE OFÍCIO, as pensões civis por morte concedidas pela Portaria DGP/DPF nº 651, de 11/4/2006, publicada no DOU nº 72, de 13/4/2006, a IRISDALVA RIBEIRO CHAGAS e pela Portaria DGP/DPF nº 663, de 17/4/2006, publicada no DOU nº 76, de 20/4/2006, a EMELY ROSA JARDIM, companheira e filha, respectivamente, de EUCLIDES MARTINS JARDIM, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 0175198, falecido em 16/1/2006, para acrescentar o critério de reajuste dos proventos previsto no parágrafo único do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (paridade), incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 3.681, DE 9 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25/04/16, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/16, Seção I, pp. 63/68; observado o disposto no Parecer Normativo nº 1006/2015-DELP/CRH/DGP/DPF, de 26/08/2015, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08500.032143/2005-74, resolve:~~

REVISAR DE OFÍCIO, em face do Acórdão nº 2553/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a pensão civil por morte concedida pela Portaria DGP/DPF nº 1.122, de 03/08/2005, publicada no DOU nº 151, de 08/08/2005, a CRISTIANE FIGUEIRA NISTAL, viúva de EDÉLCIO LUIZ NISTAL, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 0176692, falecido em 06/06/2005, para acrescentar o critério de reajuste dos proventos previsto no parágrafo único do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (paridade), incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 3.803, DE 27 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas nos incisos X e XIV do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25 de abril de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U. nº 80, de 28 de abril de 2016, e na Portaria nº 499, de 29 de maio de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, publicada no DOU nº 106, de 5 de junho de 2014, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 5058215-27.2013.4.04.7000, da 20ª Vara de Curitiba, e tendo em vista as informações contidas no processo protocolado sob o nº 08385.009960/2016-45, resolve:~~

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 108, de 28.01.2009, publicada no D.O.U. nº 21, de 30.01.2009, na parte que concedeu ao Perito Criminal Federal, GUSTAVO OTA UENO, matrícula PF nº 11.135, a promoção à Primeira Classe, com efeitos financeiros a partir de 01.03.2009.

CONCEDER ao servidor GUSTAVO OTA UENO promoção ao cargo de Perito Criminal Federal, Primeira Classe, com efeitos financeiros a partir de 29.12.2008.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 6.447, DE 28 DE JUNHO DE 2016

~~O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída nos incisos IV e X do art. 35 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25 de abril de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no DOU nº 80, de 28 de abril de 2016, e na Portaria nº 499, de 29 de maio de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, publicada no DOU nº 106, de 5 de junho de 2014, resolve:~~

DESIGNAR o Delegado de Polícia Federal RODRIGO SÁ DE OLIVEIRA, para o encargo de Substituto Eventual do Corregedor Regional da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, código DAS 101.1.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA
Delegado

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA Nº 242, DE 24 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo artigo 101, incisos XVI e XVII, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007.

Considerando a Portaria nº 557, de 27 de dezembro de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, que autorizou o concurso público para provimento de 216 (duzentas e dezesseis) vagas de Nível Intermediário de Agente Administrativo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Considerando o item 1.3 das Disposições Preliminares do Edital inaugural do referido certame, que preconiza que o prazo de validade do concurso esgotar-se-á após 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

Considerando o Edital nº 11, de 3 de julho de 2014, que homologou o resultado final do referido certame, publicado no Diário Oficial da União em 4 de julho de 2014.

Considerando a existência de candidatos aprovados no Cadastro de Reservas do certame acima referido, e o andamento do processo nº 08650.002306/2014-61 no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, o qual solicita autorização para nomeação de 44 vagas deste concurso e

Considerando o atendimento aos princípios que regem a Administração Pública dispostos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente o do interesse público, o da economicidade e o da eficiência, dentre outros, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a validade do Concurso Público para o provimento de 216 (duzentas e dezesseis) cargos de Nível Intermediário de Agente Administrativo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, regido pelo Edital nº 1/2014 - PRF, de 07 de abril de 2014, autorizado através da Portaria nº 557, de 27 de dezembro de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, por igual período, a partir de 04 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA

PORTARIA Nº 243, DE 24 DE JUNHO DE 2016

~~A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Exmo. Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 06/08/2007; considerando o disposto nos artigos 33 inciso I e 34 da Lei nº 8.112/90 e conforme informações constantes do Processo Administrativo nº 08655.014095/2016-21, resolve:~~

Art. 1º Declarar vago, a partir de 7 de junho de 2016, o cargo 911/001, com código de vaga nº 879225 de Policial Rodoviário Federal, Classe 3, Padrão II, do Quadro Permanente deste Departamento, ocupado pelo servidor MATHEUS VASCONCELOS ARAÚJO, Matrícula SIAPE nº 1686901, lotado na Superintendência Regional na Bahia, em virtude do pedido de exoneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA

COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS Nº 2.095, DE 27 DE JUNHO DE 2016

~~O COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, usando da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada no DOU nº 150, de 6 de agosto de 2007, resolve:~~

Designar MARCELO FONTES SANTANA, Matrícula: 2195884, Policial Rodoviário Federal do quadro permanente deste Departamento, para exercer a função de Chefe do Núcleo de Temática, FG-03, da Superintendência Regional na Bahia.

ANTÔNIO PAIM DE ABREU JÚNIOR